



GT 030. Eleições e Política

Marcos Otávio Bezerra (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Wilson José Ferreira de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Christine de Alencar Chaves (UnB) - Debatedor/a

O GT se propõe a receber trabalhos que abordem etnograficamente como sujeitos, famílias, grupos e coletividades se organizam, agem e pensam a política. As eleições aparecem como evento marcante para tomada de posição e organização de concepções sobre política e seu funcionamento. Seguindo possibilidades abertas por trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), o período eleitoral é um momento propício para analisar como a política se relaciona com espaços da vida cotidiana, seja através do engajamento dos sujeitos nas disputas eleitorais ou definindo coletividades que, enquanto tais, as evitam. Simultaneamente, dimensões da vida cotidiana (como relações entre vizinhos e disputas entre famílias) são muitas vezes pensadas e elaboradas tal qual uma política, oferecendo igualmente, elementos que compõem o funcionamento mais geral da política. Cabe especialmente discutir os possíveis deslocamentos do processo eleitoral na conjuntura atual. O golpe de Estado e a crescente intervenção de decisões judiciais na definição de ocupantes de cargos públicos põe em cheque o significado usualmente atribuído às eleições. Trata-se também de uma disputa eleitoral onde se dão, simultaneamente, definições em relação a questões nacionais, polarização entre esquerda e direita, demarcação de posicionamentos em relação a temas cotidianos, padrões estéticos, corpos e identidades. Esse quadro abre um amplo espectro para (re)pensar e ampliar a reflexão da antropologia em relação à política.

Quando ser da família é ser da política: uma análise da atuação das facções políticas família 12 e família 14 em um município do extremo oeste cearense.

Autoria: Lorena Leite Aragão

Segundo os moradores de Barroquinha, cidade de quinze mil habitantes localizada ao extremo oeste do litoral cearense, o período eleitoral consiste num momento em que muitas relações são postas à prova: amigos tornam-se inimigos, familiares que outrora gozavam da união, agora contam com a desunião desencadeada pelas eleições. É o momento em que a união da família é desestabilizada e dá lugar à união dentro das facções políticas locais. Não coincidentemente, em Barroquinha, as duas facções políticas rivais são nomeadas de família 12 e família 14. No caso de Barroquinha, a existência de pessoas de uma mesma família na política municipal ocorre desde 1988, quando da emancipação do município, apoiada pelos irmãos Veraldina e Pedro Veras, que, nesse ano, disputaram um contra o outro, as primeiras eleições do município para o cargo de prefeito. Segundo membros da família Veras, o pleito de 1988 inaugurou consecutivas intrigas e consequentes disputas pelo cargo de prefeito do município, o que culminou, desde então, em disputados pleitos entre parentes de primeiro (entre irmãos) e segundo grau (entre primos). Desta corrida familiar pelo poder da administração pública, a família Veras é sinônimo de duas facções políticas rivais identificadas como família 12 e família 14 e que, nos dias de hoje, possui como maiores representantes os primos legítimos Jaime (filho de Veraldina) e Ademar Veras (filho de Pedro). Ao passo que esse tipo de fazer política se consolida como uma prática legítima, que é replicada e ampliada ao longo do revezamento entre parentes da família 12 e família 14 na administração municipal, surge nesta localidade, além do monopólio do acesso e à distribuição aos recursos públicos, a 'fabricação' (VILLELA, 2009:209) de parentes pela política e, reciprocamente, de políticos pela família. O que aqui identifico como 'fabricação' mútua de parentes pela política, em outros contextos pode ser entendida como relações clientelistas e nepotismo. Assim, pensando nas maneiras pelas quais os



moldes constituintes de família são replicados nos quadros da política e vice-versa, proponho analisar, nesta apresentação, uma revisitação das teorias clássicas de formas muito tradicionais de entender as relações entre política e família. Ao me debruçar sobre assuntos que envolvam política e família no semiárido nordestino, surgem imperativos teórico-metodológicos que merecem tratamento pormenorizado pois, quando pensadas em um contexto nacional, família e política despertam a impossibilidade de uma ser entendida pela outra. Assim, a incompatibilidade de tal junção me leva a pensar que os usos de conceitos tradicionalmente abordados por Nunes Leal (1948 [2012]), Maria Isaura P. de Queiroz (1976) e Linda Lewin (1993), podem e devem ser repensados à luz de teorias e contextos empíricos contemporâneos.



Realização:



Apoio:



Organização:

